

OS BRICS E A AÇÃO SINDICAL

ELEMENTOS PARA O DEBATE



**DIREÇÃO
EXECUTIVA
NACIONAL
CUT BRASIL**

GESTÃO
2012-2015

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e
Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

João Antônio Felício

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação

Rosane Bertotti

Secretário de Formação

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação

Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)

Secretário de Juventude

Alfredo Santana Santos Júnior

Secretário de Meio Ambiente

Jasseir Alves Fernandes

Secretária da Mulher Trabalhadora

Rosane Silva

Secretário de Organização

Jacy Afonso de Melo

Secretário-Adjunto de Organização

Valeir Ertle

Secretário de Políticas Sociais

Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretária de Relações do Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Junéia Martins Batista

Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador

Eduardo Guterra

Diretoras e Diretores Executivos

Antônio Lisboa Amâncio do Vale

Daniel Gaio

Elisângela dos Santos Araújo

Jandrya Uehara

Júlio Turra Filho

Rogério Pantoja

Roni Barbosa

Rosana Sousa de Deus

Shakespeare Martins de Jesus

Vítor Carvalho

Conselho Fiscal

Antonio Guntzel

Dulce Rodrigues Sena Mendonça

Manoel Messias Vale

Suplentes

Raimunda Audinete de Araújo

Severino Nascimento (Faustão)

Simone Soares Lopes

OS BRICS E A AÇÃO SINDICAL

ELEMENTOS
PARA O
DEBATE

Coordenação e Organização:

Secretaria de Relações Internacionais da CUT

Assessoria Técnica

Subseção DIEESE - CUT Nacional

Apoio:

Fundação Friedrich Ebert

Impressão:

Pigma

Tiragem:

2.000 exemplares

Julho de 2014

Central Única dos Trabalhadores

Projeto gráfico e ilustrações:

Cesar Habert Paciornik

HPDesign • cesarphp@gmail.com

SUMÁRIO

- 07 APRESENTAÇÃO por João Antônio Felício
- 15 PAÍSES DO BRICS
- 19 ECONOMIA E ESTRUTURA ECONÔMICA DOS PAÍSES DO BRICS
- 33 IDH E INDICADORES SOCIAIS
- 43 MERCADO DE TRABALHO
- 53 PERSPECTIVA DO BRICS

APRESENTAÇÃO

A VI Cúpula dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), realizada no Brasil, dá início ao segundo ciclo de encontros de alto nível deste bloco de países. Desde que surgiu em 2001, como um conceito ligado ao mercado financeiro que então ressaltava o crescente peso das economias ditas emergentes dos BRIC (então ainda sem a inclusão da África do Sul), um processo de coordenação entre estes países foi estabelecido com intensidade crescente. Segundo a visão do mercado que deu origem ao termo, o BRIC seria um agrupamento apenas econômico, e não político, devido à forte heterogeneidade entre seus membros.

No plano governamental, no entanto, o desenvolvimento de novos conceitos e estratégias da Diplomacia já vinha sendo vislumbrado por alguns destes governos no plano de mecanismos intergovernamentais como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China). Podemos dizer que, ao menos no caso do governo brasileiro, desde 2002 já se buscava também ampliar as relações com diversos países da África (através da abertura de novas embaixadas), com a China e com a Rússia, a fim de construir novas estratégias de comércio e desenvolvimento que não dependessem tanto do eixo Estados Unidos-União Europeia-Japão.

A adesão da África do Sul ao bloco em 2011 marcou de forma definitiva uma inflexão com relação à perspectiva economicista do mercado financeiro, uma vez que, economicamente, este país ainda não se encontra no mesmo nível dos demais BRIC. A sua entrada sinalizou um posicionamento político claro em direção à criação de um novo eixo de contra poder Sul-Sul, aumentando a representatividade política e geográfica dos BRICS perante os demais países do Sul global, na medida em que passaram a ter uma relação mais próxima com o continente africano em seu conjunto.

Se por um lado a articulação política entre os países membros tenha avançado com certa rapidez, os fluxos comerciais intra-BRICS atualmente ainda são relativamente baixos, com uma clara prevalência do comércio de cada um dos seus membros com a China. O fato de este fluxo ser baixo

é um dos principais elementos explorados nas críticas que o BRICS recebe, principalmente por parte de grandes meios de comunicação. Deve-se ressaltar, porém, que na medida em que crescerem os mecanismos de cooperação direta para o financiamento ao comércio e o intercâmbio em ciência e tecnologia, este panorama tenderá a se modificar.

Ainda que a relação entre seus membros seja frequentemente analisada por uma ótica que enfatiza a sua forte heterogeneidade e que coloca em dúvida a sua capacidade de manter uma coesão política para além de pontuais interesses econômicos comuns, os cinco governos vêm pouco a pouco avançando em diversas frentes desde 2009. As principais arenas de coordenação intergovernamental dos BRICS tem sido o sistema multilateral das organizações de Bretton Woods (FMI, BM, sistema ONU), o G20 e a OMC. Na questão das mudanças climáticas existe algum grau de atuação coordenada entre os países do BASIC.

Os motores desta atuação coordenada são, em primeiro lugar, o fato de que até hoje em instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) apenas onze países desenvolvidos tem mais poder de voto do que os outros mais de cem países membros, inclusive os do BRICS, mantendo em pleno século XXI uma ordem mundial congelada desde o pós-II Guerra. Em segundo lugar, está a percepção de que estas economias são suficientemente grandes para que continuem sendo desconsideradas nos processos de decisão sobre política econômica mundial.

É interessante observar que em importantes arenas de negociação, os países do BRICS, na condição de lideranças em suas regiões, tendem a representar nas discussões multilaterais também alguns dos interesses e pontos de vista dos seus vizinhos regionais – como, por exemplo, no interior do G20 –, mesmo que isto não seja um mandato oficialmente formalizado. Neste sentido, os BRICS já representam um contraponto político importante e uma referência estratégica para países com menos peso geopolítico.

No entanto, se no plano multilateral a atual correlação de forças leva estes países a atuarem de forma coordenada, como veremos ao longo deste estudo, a estrutura produtiva dos países BRICS é muito diferente de país para país. A Rússia se destaca principalmente pela produção de energia, petróleo e gás; o Brasil pela força de sua agricultura e recursos naturais; a China pela potência de seu parque industrial e vasta mão de obra; a Índia pelo alto nível dos serviços de informática e telecomunicações; e a África do Sul pelas suas grandes reservas minerais. Tanta diversidade vem sendo apontada por muitos analistas como uma fraqueza, mas, contra estes prognósticos a crescente cooperação intra-BRICS se mostra um dos aspectos mais surpreendentes deste bloco.

Sobre este aspecto, há várias negociações em andamento, em diferentes estágios de avanço. Dentre estas se destacam quatro projetos na área econômica que merecem especial atenção por parte dos trabalhadores:

- 1** Em estágio inicial está o diálogo sobre a área de avaliação de riscos e seguros para financiamentos complexos de projetos de infraestrutura, visando o estabelecimento de grandes esquemas de garantias intra-BRICS.
- 2** O processo de intercâmbio e cooperação das Receitas Federais destes países, visando combater a evasão fiscal, as fraudes, etc. encontra-se em estágio de conformação de redes de informação.
- 3** Para fazer frente às recorrentes crises de balanço de pagamentos se busca avançar na criação de um Acordo Contingente de Reservas. Diante do cenário internacional de crise os BRICS resolveram fazer um esquema de cooperação na área de reservas, seguindo o modelo asiático de Chiang Mai já existente. Cada país continuará gerindo suas reservas, mas assina um acordo que o obriga a emprestar em caso de necessidade econômica, cotizando entre países do grupo. A negociação sobre este ponto está bastante avançada e uma contribuição

de 100 bilhões de dólares ao ano foi definida na Cúpula de 2013 em Durban. Agora se negocia a forma de funcionamento prático desse mecanismo e há a expectativa de anunciar o acordo na Cúpula de Fortaleza em 2014.

- 4 Uma das mais avançadas áreas de cooperação intra-BRICS é a criação de um novo banco de desenvolvimento. A ideia é captar recursos tanto de investidores de países desenvolvidos quanto dos próprios BRICS para viabilizar o financiamento de projetos na área de infraestrutura e sustentabilidade em países em desenvolvimento (do BRICS ou não). Os primeiros desenhos deste banco já estão sendo estudados e estima-se que terá um capital inicial de 50 bilhões de dólares. O acordo sobre o banco está em fase de discussão do Convênio Constitutivo. A expectativa é que a assinatura deste acordo ocorra na Cúpula de Fortaleza.

Estas medidas, de cunho essencialmente econômico, refletem o momento pós-crise de 2008, que abriu novos espaços políticos e evidenciou a necessidade de novos arranjos. Os BRICS são um bloco que aparece no contexto da crise colocando na cena política uma discussão sobre uma nova institucionalidade político-econômica internacional. Se até o presente momento o G20 tem falhado em promover modificações significativas com respeito à instabilidade das finanças, isto não muda o centro da disputa política, que permanece sendo sobre qual modelo de saída da crise será adotado. As políticas de austeridade atualmente aplicadas na Europa, por exemplo, não encontram ressonância nos países BRICS.

Quando nos voltamos para o movimento sindical nos BRICS, é importante recordar que os seus trabalhadores foram duramente afetados pela reestruturação produtiva e pelas políticas neoliberais dos anos 1980-1990 – salvo o caso chinês –, assim como ocorreu na maior parte dos países desenvolvidos e em desenvolvimento que abraçaram o chamado Consenso de Washington. O advento de novas tecnologias que poderiam ter favore-

cido uma melhora da qualidade de vida dos trabalhadores foi, ao contrário, utilizado para intensificar a produtividade do trabalho, causando mais desemprego e frequentemente promovendo um desmonte do Estado, dos serviços públicos e dos sistemas de proteção social, sobretudo através dos acordos de serviços na OMC. Políticas de privatização, terceirização, liberalização e retirada de direitos laborais deram a tônica deste período, frequentemente impostas através de condicionalidades embutidas nos empréstimos do FMI e do Banco Mundial.

Principalmente no caso do Brasil e da África do Sul, se comparados com os outros membros do grupo dos BRICS, existe ainda uma questão fundamental: o grande poder das corporações transnacionais dos países desenvolvidos dentro dessas economias nacionais, significando que muitas decisões estratégicas relativas a investimentos, tecnologia, estratégia comercial e sobre como organizar as cadeias produtivas, entre outras, são tomadas fora do país obedecendo a interesses político-econômicos sem compromisso algum com a classe trabalhadora local.

No que se refere à participação e ao diálogo social, ainda pairam dúvidas sobre qual será a relação dos BRICS com a sociedade civil e os trabalhadores. Historicamente, é certo que as organizações de Bretton Woods são extremamente hostis a este tipo de diálogo. Se os BRICS se propõem como um bloco politicamente distinto dos arranjos que temos visto até hoje, mais transparência e participação social são elementos fundamentais a serem perseguidos. A abertura já consolidada para a participação de setores acadêmicos e empresariais precisa a partir de agora ser aprofundada com a criação de um espaço oficial para a inserção dos trabalhadores dos BRICS, avançando na democracia interna do bloco.

Nós, trabalhadores dos países BRICS, através das nossas Centrais Sindicais, temos ao menos quatro desafios nesse processo:

- Aprofundar o conhecimento mútuo de nossas realidades nacionais, em especial sobre os desafios do movimento sindical de cada país, de

modo a poder difundir experiências de solidariedade e levar adiante lutas comuns;

- Trabalhar em conjunto no sentido de identificar critérios mínimos de relações de trabalho para os cinco países BRICS (e para países que recebam investimentos financiados pelo futuro Banco dos BRICS, por exemplo);
- Trabalhar no sentido de difundir as melhores práticas de políticas laborais e sociais que vem sendo executadas em cada um dos países e apreender como os demais podem se beneficiar neste intercâmbio;
- Desenvolver análises consistentes sobre a presença e atuação das multinacionais dos respectivos países do BRICS e verificar se as mesmas estão de acordo com as normas fundamentais do trabalho da OIT.

O caminho que já percorremos até aqui não pode ser menosprezado. Chegamos agora ao III Fórum do BRICS Sindical com ações e documentos construídos em unidade, e com um melhor conhecimento mútuo entre as nossas Centrais em relação ao que tínhamos há alguns anos. Mas podemos avançar muito mais. A demanda pela oficialização de um espaço de participação dos trabalhadores no BRICS certamente nos fornece uma plataforma comum de entendimento e, quando consolidada, abrirá grandes perspectivas para o aprofundamento de nossas relações no futuro próximo.

Devemos trabalhar em conjunto para que o BRICS não seja apenas mais uma articulação internacional que não dá ouvidos aos trabalhadores. Ao contrário, temos plena convicção de que com a nossa participação ativa e a nossa contribuição qualificada ao debate sobre o desenvolvimento dos países BRICS poderemos ajudar a construir um bloco que represente, de fato, um modelo de desenvolvimento sustentável, socialmente justo e uma alternativa contra hegemônica à problemática ordem internacional vigente desde o pós-guerra.

Com o apoio da Fundação Friedrich Ebert (FES), apresentamos este es-

tudo como uma contribuição da CUT ao processo de aproximação entre as centrais do BRICS, pois entendemos que quanto melhor nos conhecermos, mais qualificada poderá ser a nossa atuação política conjunta.

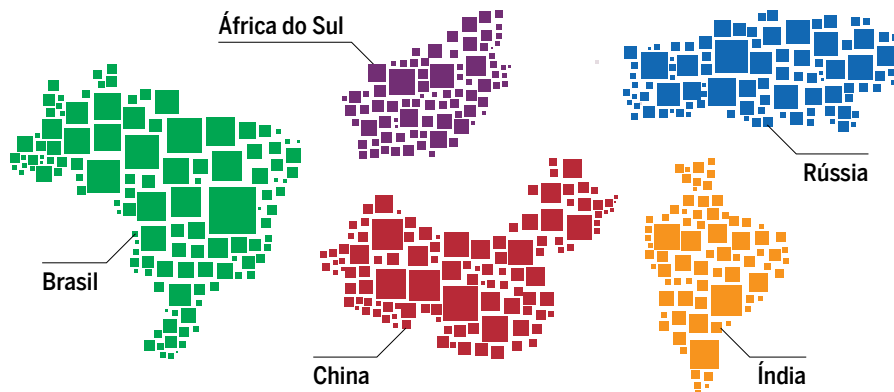
Boa leitura!

Saudações cutistas,

João Antônio Felício, Secretário de Relações Internacionais - CUT Brasil

Junho, 2014

PAÍSES DO BRICS



Nome	República Federativa do Brasil
Líder Político	Dilma Rousseff (Presidenta)
População	198,2 milhões (2011)
Moeda	Real
Continente	América do Sul

BRASIL

Possuindo uma estrutura econômica diversificada, sendo um dos maiores produtores agrícolas do mundo, com um setor de serviços altamente sofisticado e indústria com considerável diversidade, a economia brasileira enfrenta atualmente um duplo desafio: ao mesmo tempo em que busca retomar sua trajetória de maior crescimento econômico com inclusão social, o país tenta conter o processo de deterioração de seu parque industrial, um dos mais desenvolvidos das economias emergentes. A recente inclusão social e melhora da distribuição de renda, através do mercado de trabalho e de políticas sociais, permitiu ao Brasil crescer

via mercado interno com estabilidade inflacionária. Porém, no período após 2010, o país tem tido dificuldade de manter uma trajetória de crescimento econômico, podendo colocar em risco todos os ganhos sociais e do mercado de trabalho verificados até então, especialmente as negociações coletivas resultando em ganhos reais, diminuição da informalidade e a política de valorização do salário mínimo, todas conquistadas pela luta do movimento sindical. Manter e avançar nas conquistas sociais e trabalhistas é o principal objetivo pelo qual o movimento sindical tem atuado, dentro de um cenário econômico e político de incerteza.

*A ilustração acima não representa a proporção real entre os países



Nome	Federação Russa
Líder Político	Vladimir Putin (Presidente)
População	142,8 milhões (2011)
Moeda	Rublo
Continente	Parte do país na Europa e parte na Ásia

Um forte setor industrial, em especial na extrativa mineral e de transformação, além de um setor de serviços diversificado, são a base da economia russa. Aproveitando-se de suas grandes reservas de recursos naturais, além de sua mão de obra com altos níveis de escolarização, o país tem tido sucesso em sua estratégia de crescimento, combinando estabilidade monetária com um câmbio que estimula o comércio exterior e auxilia a manuten-

ção de taxas de juros entre as menores do BRICS. Atualmente, busca reestruturar sua indústria de maior conteúdo tecnológico, especialmente aeroespacial e informática, além de buscar uma maior estabilidade em suas contas externas, em parte devido à crise internacional (que diminuiu o comércio externo, dada sua considerável abertura comercial) e em parte pelo movimento recente de saída de capitais internacionais que o país atravessa.



Nome	República da Índia
Líder Político	Narendra Modi (1º Ministro)
População	1,241 bilhão (2011)
Moeda	Rúpia indiana
Continente	Ásia

Apesar da relevância do setor agropecuário no país, a economia indiana tem observado nas últimas décadas crescimento acentuado no setor industrial e nos serviços, principalmente nos setores têxtil, de tecnologia de informação e siderúrgico/extrativo mineral, proporcionando uma maior diversificação de sua economia, por sua vez produto de políticas direcionadas ao crescimento, através de seus Planos Quinquenais. Seu grande mercado interno, por sua vez, tem proporcionado maior estabilidade de seu ci-

clo econômico justamente por diminuir a dependência do comércio exterior, apesar da importância deste último para a economia do país. Apesar de suas altas taxas de crescimento, o maior desafio do país é combinar este com avanços em outras áreas, especialmente a social. A busca de desenvolvimento nas diversas regiões do país, bastante diferenciadas, em um misto de competição e crescimento combinado, tem servido para acelerar o crescimento, de um lado, mas também para ampliar as assimetrias no interior do país.



Nome	República Popular da China
Líder Político	Xi Jinping (Presidente)
População	1,324 bilhão (2011)
Moeda	Renminbi (Yuan)
Continente	Ásia

CHINA

A economia chinesa, que passou por intensas transformações a partir do último quarto do século XX, tem como eixo produtivo a indústria de transformação, altamente diversificada e voltada tanto para o comércio exterior como para o seu cada vez maior mercado consumidor local, crescendo também sua inserção em mercados de maior conteúdo tecnológico, diante dos grandes volumes de investimentos. A montagem e modernização da infraestrutura produtiva nacional também é um fator importante para explicar as altas taxas de investimento e de crescimento do país, espe-

cialmente desde a crise de 2007/2008. O setor de serviços, por sua vez, vem tendo grande crescimento devido ao aumento da urbanização do país, além do impulso dado aos serviços prestados às empresas devido à industrialização. Apesar de se constituir como uma economia de mercado, a economia chinesa segue com um planejamento centralizado e objetivos politicamente definidos, e o Estado mantém um padrão de intervenção que permite ao país, entre outras coisas, combinar um câmbio competitivo com uma inflação controlada, o que auxilia o país no seu desempenho econômico.



Nome	República da África do Sul
Líder Político	Jacob Zuma (Presidente)
População	50,5 milhões (2011)
Moeda	Rand
Continente	África

ÁFRICA DO SUL

Um setor de serviços dinâmico, em especial vinculado aos setores financeiros, de telecomunicações e às atividades turísticas e culturais, além de uma importante indústria extrativa de minérios e de transformação, são a base da economia sul africana. Conhecida por ser a mais importante e diversificada do continente africano, o país ainda possui relevo nas atividades agrícolas

e na indústria de transformação. O esforço recente do país, do ponto de vista econômico, tem sido buscar diminuir as altas taxas de desemprego do país, além da luta do movimento sindical em prol da instituição de um salário mínimo nacional, buscando diminuir as desigualdades sociais existentes em seu território, e as carências de infraestrutura (acesso à água, habitação, terra, etc.).

ECONOMIA E ESTRUTURA ECONÔMICA DOS PAÍSES DO BRICS

Em comum a todos os países do BRICS, está o fato de se tratar de economias com relevante diversificação produtiva, com considerável influência regional e relevância internacional, mas de certa forma ainda insuficiente para colocá-las no patamar dos países centrais, ainda que se localizem em destaque perante o restante do mundo. Com exceção da África do Sul, os valores em dólares do Produto Interno Bruto (PIB)¹ dos países do BRICS em 2012 os colocavam como as maiores economias do mundo: entre as 11 primeiras, quatro eram países do BRICS.

Um primeiro aspecto a ser analisado é relacionado ao desempenho econômico dos países do BRICS visto pela variação anual de seu PIB. Reconhecidamente constituído como um grupo de países que cresce acima que o restante do mundo, os seus membros, no entanto, possuem entre si um desempenho muito diferenciado.

Se considerado o período de 1991 até 2012/13 (últimos dados disponíveis para todos os países), a China e a Índia observaram desempenho superior aos demais países nos anos considerados, com a Índia se estruturando em torno da área de novas tecnologias e a China focada no desenvolvimento industrial de forma mais ampla. A Rússia e o Brasil, após uma década de 1990 de instabilidade (quando inclusive foram “vítimas” de crises provocadas pelo sistema financeiro internacional), apresentaram forte recuperação na primeira década do século XXI, pelo menos até o início da crise financeira internacional em 2008/09 e os seus desdobramentos posteriores. Enquanto a Rússia, em especial, com uma década de 1990 especialmente volátil em termos de desempenho econômico (vários anos registrando queda do PIB) dada as opções feitas no período posterior ao da extinção da Ex-URSS, o Brasil também sofreu com suas opções de política econômica, claramente inspiradas no receituário neoliberal, com ambas as economias avançando na primeira década do século XXI justamente por ter ocorrido uma “distensão” destas políticas. A África do Sul, por sua vez, pode-se considerar um país de desempenho econô-

1 Soma de todas as riquezas produzidas por um país em determinado período de tempo, geralmente um (1) ano, em valores monetários.

mico mais estável que a Rússia e o Brasil, ainda que em patamares inferiores ao verificados pela China e Índia (**Tabela 1**).

Considerando especificamente a evolução do PIB per capita dos países do BRICS, enquanto o Brasil e a Rússia eram os que apresentavam maiores valores absolutos (em US\$) em 2011 (o último disponível na mesma base de deflacionamento), no período de 1991 a 2011 a China apresentou o maior crescimento, em uma velocidade 4 vezes superior que a média do BRICS. Em segundo lugar, na variação do PIB per capita aparece o Brasil, mas ao contrário da China (que teve um crescimento contínuo entre 1991 a 2011), salientem-se duas características: a de que o crescimento foi localizado no pós 2003, marcado por considerável crescimento econômico e, ao mesmo tempo, de crescente valorização cambial, o que certamente contribuiu para o aumento do valor em dólares (**Tabela 2**).

Quando se analisa a estrutura econômica dos países constituintes do BRICS, assim como seus indicadores de investimento, inflação, contas públicas e balança comercial, as diferenças já contidas nas análises anteriores tornam-se ainda mais evidentes.

Sobre a estrutura econômica dos países, considerando-se a distribuição do Valor Adicionado (VA) das economias por setor de atividade econômica, alguns fatos em comum tendem a marcar a trajetória dos países do BRICS: todos observaram, no VA de suas respectivas economias entre 1991 a 2011, queda na participação das atividades de agricultura, caça, pesca e extração florestal (anteriormente chamados de “Setor Primário”), assim como um aumento considerável no setor de serviços, ainda que com algumas variações do tipo de atividade. Em relação ao setor industrial, no entanto, há diferenças consideráveis: nota-se no período um crescimento do setor na China (que aprofundou ainda mais seu processo de industrialização) ao mesmo tempo em que, nos outros países, observa-se uma queda da participação do setor industrial na economia, em especial da indústria de transformação. Neste aspecto é onde se reside a maior diferença em termos de estrutura econômica dos países do BRICS: todos observaram diminuição do setor agropecuário, mas enquanto a

Tabela 1 Variação do PIB dos países do BRICS, assim como a média do bloco, em % ao ano, 1990 a 2013.

Ano	BRASIL	CHINA	ÍNDIA	RÚSSIA	ÁFRICA DO SUL	BRICS
1990	-4,4%	3,8%	5,7%	n.d.	-0,3%	n.d.
1991	1,0%	9,2%	0,4%	-5,0%	-1,0%	0,9%
1992	-0,5%	14,2%	5,4%	-14,5%	-2,1%	0,5%
1993	4,8%	14,0%	5,0%	-8,7%	1,2%	3,3%
1994	5,9%	13,1%	7,5%	-12,7%	3,2%	3,4%
1995	4,2%	10,9%	7,6%	-4,1%	3,1%	4,4%
1996	2,2%	10,0%	7,4%	-3,6%	4,3%	4,1%
1997	3,4%	9,3%	4,5%	1,4%	2,6%	4,2%
1998	0,0%	7,8%	6,0%	-5,3%	0,5%	1,8%
1999	0,3%	7,6%	7,1%	6,4%	2,4%	4,7%
2000	4,3%	8,4%	4,0%	10,0%	4,2%	6,2%
2001	1,3%	8,3%	5,2%	5,1%	2,7%	4,5%
2002	2,7%	9,1%	3,8%	4,7%	3,7%	4,8%
2003	1,1%	10,0%	8,4%	7,3%	2,9%	6,0%
2004	5,7%	10,1%	8,3%	7,2%	4,6%	7,2%
2005	3,2%	11,3%	9,3%	6,4%	5,3%	7,1%
2006	4,0%	12,7%	9,3%	8,2%	5,6%	7,9%
2007	6,1%	14,2%	9,8%	8,5%	5,5%	8,8%
2008	5,2%	9,6%	3,9%	5,2%	3,6%	5,5%
2009	-0,3%	9,2%	8,2%	-7,8%	-1,5%	1,5%
2010	7,5%	10,3%	9,6%	4,3%	2,9%	6,9%
2011	2,7%	9,2%	6,9%	4,3%	3,1%	5,2%
2012	1,0%	7,8%	3,2%	3,4%	2,5%	3,6%
2013	2,3%	7,7%	n.d.	n.d.	1,9%	n.d.

n.d.: Não disponível. Fonte: UN Statistical Database, estatísticas nacionais, FMI, OCDE e IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

Tabela 2 Variação do PIB per capita dos países do BRICS, assim como a média do bloco, em US\$ dólares de 2005, 1991 a 2011.

Ano	BRASIL	CHINA	ÍNDIA	RÚSSIA	ÁFRICA DO SUL	BRICS
1991	2.252	372	325	3.764	3.190	1.981
1992	2.123	433	320	3.290	3.378	1.909
1993	2.346	549	306	3.068	3.292	1.912
1994	3.296	494	344	2.736	3.349	2.044
1995	4.751	635	383	2.681	3.650	2.420
1996	5.109	741	396	2.638	3.408	2.458
1997	5.221	810	422	2.731	3.471	2.531
1998	4.981	852	418	1.832	3.086	2.234
1999	3.415	890	438	1.329	3.017	1.818
2000	3.696	957	444	1.768	2.969	1.967
2001	3.133	1.049	451	2.096	2.610	1.868
2002	2.822	1.152	464	2.372	2.414	1.845
2003	3.041	1.299	535	2.970	3.607	2.290
2004	3.610	1.520	637	4.095	4.639	2.900
2005	4.743	1.777	735	5.311	5.169	3.547
2006	5.795	2.158	819	6.898	5.400	4.214
2007	7.202	2.691	1.027	9.070	5.859	5.170
2008	8.633	3.472	1.087	11.601	5.553	6.069
2009	8.384	3.865	1.105	8.546	5.689	5.518
2010	10.993	4.515	1.370	10.405	7.251	6.907
2011	12.594	5.439	1.528	13.006	8.090	8.131

Fonte: UN Statistical Database e IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

China direciona sua economia em torno de um perfil industrial, assim como observa crescimento nos serviços (em especial os auxiliares ao setor industrial) conjuntamente, os outros países tendem a observar aumento dos serviços, ainda que no caso destes, ocorrendo, por outro lado, nítida queda da participação da indústria, em especial a de transformação. No ano de 2012 (o último disponível, mas sem as desagregações aqui utilizadas), os dados sobre setores de atividade econômica não apontam mudanças significativas na distribuição entre agricultura, comércio e serviços e indústria (**Tabela 3**).

Observando-se a distribuição do VA do PIB por tipo de gasto, fica demonstrado que enquanto a dinâmica de crescimento da economia chinesa e indiana ocorreu com forte participação do aumento dos investimentos, em especial na formação bruta de capital fixo, as outras economias dos países dos BRICS mantiveram seu dinamismo econômico a partir da manutenção ou expansão do consumo interno, com relativa estabilidade do investimento.

Especificamente sobre a trajetória do investimento em formação bruta de capital fixo, este talvez nos auxilie a entender melhor a trajetória das economias e as diferentes taxas de crescimento: todos os países observaram forte oscilação das taxa de investimento durante a década de 1990, assim como verificaram recuperação na década seguinte o que, no computo geral do período, significou recuperação, considerando todo o período. Porém, analisando-se o período de 1991 a 2011, fica clara a diferença de patamar de investimento da China e da Índia, acima de 30% do PIB, para os demais países, que se situam em nível inferior, por volta de 20% do PIB. Entre a década de 1990 e 2000, enquanto as taxas de investimento de China e Índia recuperaram as perdas e migraram para um patamar superior, baseando suas altas taxas de crescimento do produto no aumento dos investimentos, nos demais países a evolução dos investimentos na primeira década do século XXI foi suficiente apenas para recompor as perdas anteriores (**Gráfico 1**).

Outro elemento importante para entender melhor a dinâmica econômica dos países do BRICS é o seu comércio internacional, especialmente os saldos comerciais obtidos. Neste aspecto, enquanto China (devido às exportações

Tabela 3 Distribuição do valor adicionado (VA) do PIB por setor de atividade econômica dos países do BRICS, em % do VA, 1991 e 2011.

Setor de atividade econômica	BRASIL		CHINA		ÍNDIA		RÚSSIA		ÁFRICA DO SUL		BRICS	
	1991	2011	1991	2011	1991	2011	1991	2011	1991	2011	1991	2011
Agricultura, caça, extração florestal e pesca	11	5	24	10	30	17	15	4	5	2	17	8
Indústria extrativa mineral e de transformação (A+B)	29	22	37	40	21	18	39	30	35	26	32	27
Indústria extrativa mineral (A)	5	7	n.d.	8	5	4	12	14	12	13	n.d.	9
Indústria de transformação (B)	24	15	n.d.	32	16	14	27	16	23	13	n.d.	18
Construção	6	6	4	7	5	8	10	7	3	5	6	7
Comércio, alimentação, hospedagem	7	21	11	11	12	18	13	20	14	14	11	17
Transporte, armazenagem e comunicação	5	8	7	5	7	7	8	9	8	8	7	7
Outros Serviços e demais	42	38	16	27	25	31	15	30	35	44	27	34

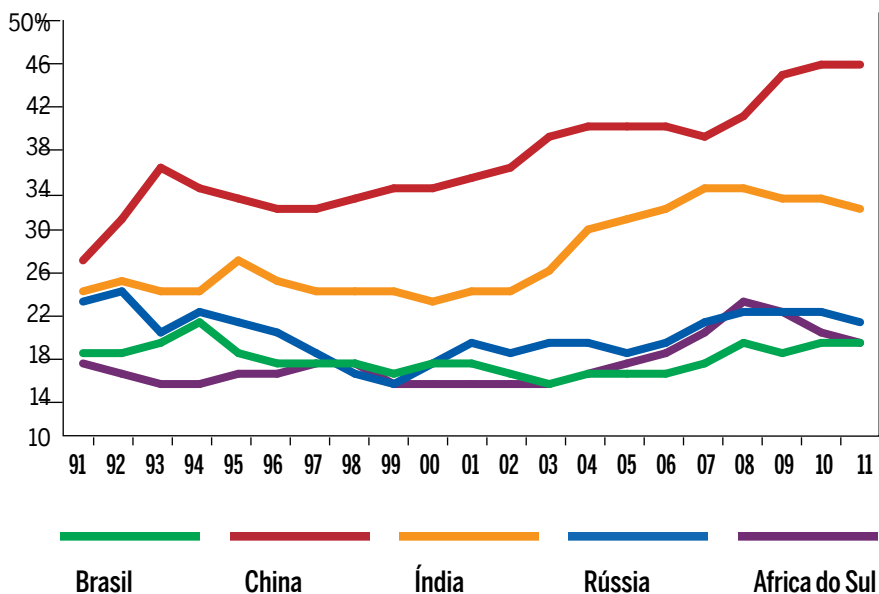
n.d.: não disponível | Fonte: UN Statistical Database e IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

industriais), Rússia (especialmente derivados de recursos naturais) e Brasil observaram crescimento considerável de seus saldos comerciais, a Índia vem observando crescente deterioração de suas relações comerciais; a África do Sul, por sua vez, apesar de deficitária, alguma apresenta melhora entre 2012 e 2013 (Gráfico 2).

Em relação ao comércio internacional dos países do BRICS, cabe uma análise um pouco mais acurada. Um primeiro aspecto é que, com exceção da China, os países do bloco não são grandes parceiros comerciais entre si. E um segundo aspecto é o que aborda as diferenças entre os tipos de pauta importadora e exportadora.

Gráfico 1 Taxa de investimento dos países do BRICS, em % ao ano, 1991 a 2011.

TAXA DE INVESTIMENTO (formação bruta de capital fixo) EM % DO PIB



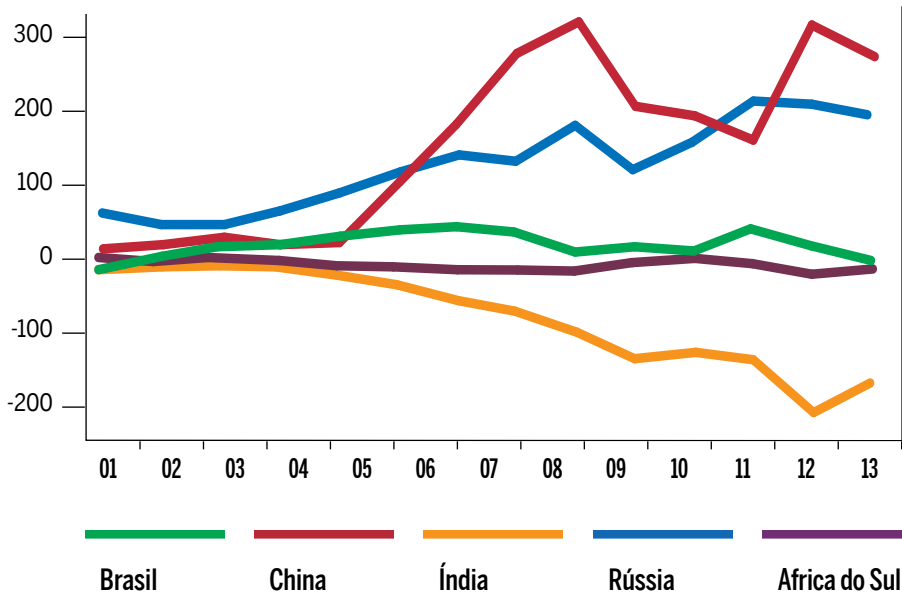
Fonte: UN Statistical Database, estatísticas nacionais, FMI, OCDE e IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

Entre os 10 maiores parceiros comerciais chineses (em valores absolutos das exportações e importações), considerando os países do BRICS, a Rússia se constitui como o principal, aparecendo em seguida o Brasil: enquanto o primeiro aparece tanto na lista dos principais exportadores como importadores, o Brasil é importante mercado exportador para a China.

Por outro lado, os demais países do BRICS possuem grande relação comercial com a China, constituindo-se este país como importante (ou maior) parceiro comercial tanto nas exportações como nas importações dos respectivos países, mas por outro lado, quando se considera a dinâmica do comércio exte-

Gráfico 2 Balança comercial dos países do BRICS, em US\$ FOB ao ano, 2000 a 2013.

SALDO COMERCIAL - em US\$ Bilhões



Fonte: UN Statistical Database, estatísticas nacionais, FMI, OCDE e IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

rior do BRICS sem a China, há reduzida participação entre os demais: no caso da África do Sul, há ainda algum relevo da Índia como destino de suas exportações e importações; já no caso indiano, além da China, o Brasil aparece entre os 10 maiores mercados de suas exportações. Porém, nas demais relações a participação (em valores absolutos) dos países do BRICS, excetuando-se a China, na corrente comercial é restrita.

E em relação aos principais produtos exportados e importados, em face dos resultados comerciais verificados anteriormente, fica mais evidente que a inserção comercial dos países é relativamente diversa, compreendendo desde países com forte inserção exportadora de produtos industriais como a China (que também demandam considerável volume de importações para fazer frente a esta dinâmica), passando por países com indústria diversificada mas com produtos mais segmentados por mercado, como o caso brasileiros (exportadores de recursos naturais e produtos finais com parte da produção feita no país), mais concentrados em determinados produtos como no caso russo (em recursos naturais), demandando importações de bens de consumo, e chegando a países com um setor industrial em consolidação e mais demandante de importações mais diversificadas, como no caso Indiano e África do Sul (**Quadro 1**).

Sobre a política monetária e as taxas de inflação de cada país, em geral o bloco do BRICS se caracteriza por uma trajetória de convergência inflacionária de altas taxas (na década de 1990) para taxas mais acomodadas, com países apresentando menor volatilidade. O caso brasileiro, em particular (e em menor intensidade o Russo) é marcado por uma trajetória na qual a inflação chegou a quase 2.500% ao ano para menos de um dígito no período após 1995. O único país que possui uma trajetória mais instável nos últimos anos é a Índia, com aumento para dois dígitos de 2011 para 2012 e um retorno para um dígito em 2013, possuindo a maior inflação dentre os países do BRICS. A África do Sul, após um período de instabilidade até 2008, tem tido uma inflação mais comportada no período posterior, trajetória semelhante da Rússia (**Tabela 4**).

Quadro 1 Principais produtos exportados e importados dos países do BRICS, 2012/2013.

PAIS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES
Brasil	Soja, minérios, alimentos, automóveis, autopeças, máquinas elétricas e mecânicas, combustíveis, aeronaves, cereais, químicos, grãos, papel e celulose, calçados, fumo	Automóveis, adubos, químicos, farmacêuticos, combustíveis, grãos, autopeças, instrumentos de precisão, máquinas elétricas e mecânicas, plástico, aeronaves e partes, Têxtil, borracha
China	Máquinas elétricas e mecânicas, vestuário, móveis, instrumentos de precisão, minérios, automóveis, calçados	Máquinas elétricas e mecânicas, instrumentos de precisão, minérios, sementes, grãos, plásticos, químicos, combustíveis, cobre
Índia	Combustíveis, pedras preciosas, químicos, automóveis, máquinas mecânicas e elétricas, algodão, cereais, minérios, farmacêuticos	Combustíveis, instrumentos de precisão, pedras, químicos, minérios, adubos
Rússia	Combustíveis, minérios, adubos, químicos, máquinas mecânicas, madeiras, cereais, cobre	Máquinas elétricas e mecânicas, automóveis, farmacêuticos, plásticos, instrumentos de precisão, minérios, frutas
África do Sul	Pedras preciosas, minérios, combustíveis, máquinas mecânicas, minérios, frutas	Combustíveis, máquinas mecânicas e elétricas, automóveis, plásticos, instrumentos de precisão, farmacêuticos, químicos, minérios

Fonte: Brasil Global Net (<http://www.brasilglobalnet.gov.br>), estatísticas nacionais, MDIC, WTO e FMI.

Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

Tabela 4 Taxa de inflação anual dos países do BRICS, em % ao ano, de 1990 a 2012.

Ano	BRASIL	CHINA	ÍNDIA	RÚSSIA	ÁFRICA DO SUL
1990	1.621,0	3,1	9,0	n.d.	14,3
1991	472,7	3,5	13,9	n.d.	15,3
1992	1.119,1	6,3	11,8	n.d.	13,9
1993	2.477,1	14,6	6,4	874,6	9,7
1994	916,5	24,2	10,2	307,6	8,9
1995	22,4	16,9	10,2	197,5	8,7
1996	9,6	8,3	9,0	47,7	7,4
1997	5,2	2,8	7,2	14,8	8,6
1998	1,7	-0,8	13,2	27,7	6,9
1999	8,9	-1,4	4,7	85,7	5,2
2000	6,0	0,3	4,0	20,8	5,3
2001	7,7	0,7	3,7	21,5	5,7
2002	12,5	-0,8	4,4	15,8	9,2
2003	9,3	1,2	3,8	13,7	5,9
2004	7,6	3,9	3,8	10,9	1,4
2005	5,7	1,8	4,2	12,7	3,4
2006	3,1	1,5	6,1	9,7	4,6
2007	4,5	4,8	6,4	9,0	7,1
2008	5,9	5,9	8,4	14,1	11,5
2009	4,3	-0,7	10,9	11,7	7,1
2010	5,9	3,3	12,0	6,9	4,3
2011	6,5	5,4	8,9	8,4	5,3
2012	5,8	2,5	11,4	6,6	5,4
2013*	5,9	2,5	9,1	6,5	5,3

n.d.: não disponível. *: dados preliminares.

Fonte: International Monetary Fund, OCDE, estatísticas nacionais e IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE CUT-Nacional

Tabela 5 Taxa de juros reais anualizadas dos países do BRICS, em % ao ano, de 1991 a 2012.

Ano	BRASIL	CHINA	ÍNDIA	RÚSSIA	ÁFRICA DO SUL
1991	71,2	1,7	3,6	n.d.	4,0
1992	41,3	0,4	9,1	n.d.	3,8
1993	36,2	-3,6	5,8	n.d.	2,7
1994	n.d.	-8,0	4,3	n.d.	5,5
1995	26,3	-1,5	5,9	72,3	6,9
1996	16,3	3,4	7,8	69,3	10,6
1997	18,8	7,0	6,9	14,8	11,0
1998	27,3	7,3	5,1	19,6	13,1
1999	15,8	7,2	9,4	-19,0	10,2
2000	11,0	3,7	8,3	-9,6	5,2
2001	9,1	3,7	8,6	1,2	5,7
2002	5,8	4,7	7,9	0,2	4,5
2003	12,8	2,6	7,3	-0,7	8,9
2004	8,0	-1,2	4,7	-7,3	4,6
2005	12,7	1,6	6,2	-7,2	4,9
2006	11,8	2,2	4,5	-4,1	4,4
2007	7,2	-0,1	6,9	-3,3	4,7
2008	6,1	-2,3	4,3	-4,9	6,6
2009	5,5	5,9	5,8	13,1	3,2
2010	3,7	-1,1	-0,5	-3,0	2,5
2011	4,9	-0,7	1,7	-6,1	2,8
2012	2,6	2,4	2,3	0,6	3,1

Obs: Brasil baseado na taxa OVER/SELIC n.d.: não disponível.

Fonte: International Monetary Fund e IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

Talvez uma das principais explicações pela qual a taxa inflacionária brasileira seja mais “comportada” que as demais se deve ao fato de que o país, dentre todos do BRICS, é o que pratica as maiores taxas de juros reais (taxa de juros nominais descontada a inflação), em especial após 1996. Com isso, o país promove uma maior valorização cambial e, assim, consegue maior controle inflacionário, porém à custa de uma crescente deterioração do setor industrial e da inviabilidade de aumento das taxas de investimento do país. Mais do que os outros países, o controle inflacionário no Brasil tem sido à custa de uma expansão maior da economia, o que lhe coloca em posição inferior quando se trata de possibilidades de crescimento sustentável de médio-longo prazo em relação à China, outro país com maior estabilidade inflacionária e o maior dinamismo econômico. Conforme esperado, nos últimos anos os países de menor crescimento econômico são justamente àqueles com maior taxa de juros reais, no caso Brasil e África do Sul (**Tabela 5**).

IDH E INDICADORES SOCIAIS

A importância da análise em relação aos indicadores sociais reside no fato de que é através deles que se pode observar se o crescimento econômico dos países do BRICS tem se convertido em melhora nas condições de vida das pessoas. Ainda no caso deste bloco de nações, este elemento cresce de importância por se tratar de países com grande contingente populacional, incluindo os dois mais populosos do mundo: China e Índia. No geral, ao nos referirmos ao BRICS, falamos de aproximadamente 40% do total de habitantes do mundo.

Da mesma forma que há consideráveis diferenças econômicas entre os países, os indicadores sociais também nos mostram uma grande diversidade de condições sociais, ainda que tenha havido diminuição destas diferenças nos últimos anos.

Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² como um indicador-síntese das condições socioeconômicas de determinado país, analisar sua evolução nos países do BRICS é importante porque contemplamos Saúde e Educação, esferas não contempladas se focado somente os indicadores econômicos (como realizado no item anterior).

Analisando a evolução do IDH dos países do BRICS, comparando os resultados de 1990 com os de 2012 (últimos disponíveis), os maiores IDH são da Rússia e do Brasil, sendo que inclusive até 2010 eram os únicos países do bloco com este indicador acima da média mundial (a partir de 2011 a China também passou a ter IDH maior que a média mundial); os menores são da Índia e da África do Sul. Por outro lado, as maiores evoluções do indicador ocorreram na China, Índia e no Brasil, com uma melhora em menor escala da Rússia e uma relativa estabilidade na África do Sul; enquanto no caso chinês o aumento do IDH proporcionou que o país conseguisse superar a média mundial, no caso indiano a evolução do indicador certamente auxiliou a diminuição

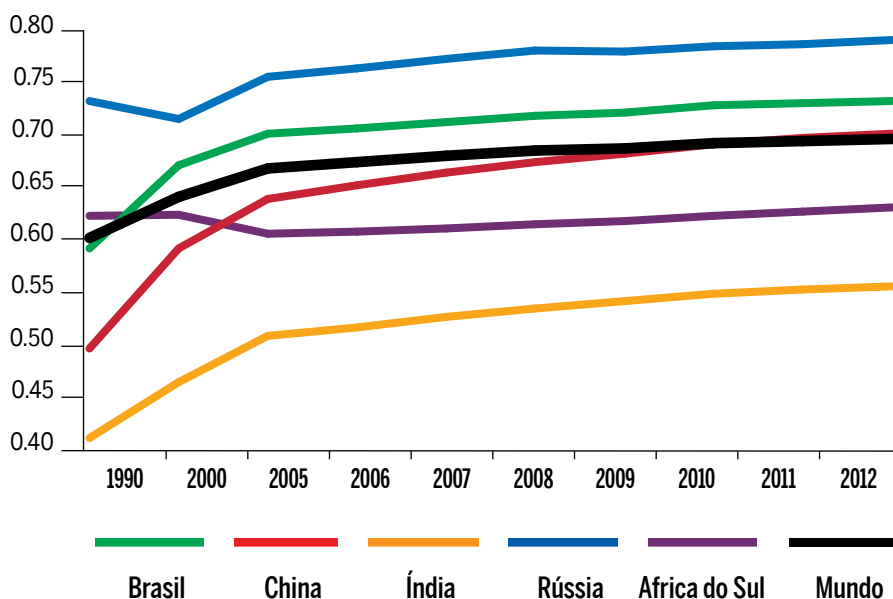
2 Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o IDH “é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento”. Mais informações no endereço: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>

em relação aos outros países. Conforme pode ser observado no gráfico 4, a ordem (decrecente) dos países do BRICS em relação ao IDH, para o ano de 2012 é: Rússia, Brasil, China, África do Sul e Índia (**Gráfico 3**).

Torna-se importante analisar de forma mais individual indicadores saúde e educação, para possibilitar a melhor visualização dessas assimetrias entre os países do BRICS. Com isso, é possível observar, por exemplo, que considerando o IDH como todo, o maior valor da Rússia tem colaboração substancial dos indicadores de educação, além de seus indicadores de saúde também serem relativamente estáveis.

Gráfico 3 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): evolução dos países do BRICS e média mundial, anos selecionados.

IDH - Valores de 0 a 1 (quanto mais alto, melhor)



Fonte: International Human Development Indicators - UN. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

Primeiramente, sobre os indicadores de saúde, os dados do IDH de 2012 desagregados para esta temática mostram que o Brasil possui destaque³, com o maior gasto em saúde pública em relação ao PIB, uma das menores taxas de mortalidade infantil e a maior expectativa de vida dentre os países do BRICS. No ano de 2012, a China também apresentava números bem próximos ao brasileiro, sendo inferior apenas nos gastos com saúde pública. A seguir apareciam Rússia e África do Sul e por último, nos indicadores de saúde dentre os países do bloco, aparece a Índia (**Tabela 6**).

Certamente um dos principais motivos pelo qual os indicadores de saúde do Brasil tem se destacado dentre os países do BRICS foi o aumento do total dos gastos com saúde (público e privado) em relação ao PIB no país: de 6,65% do PIB em 1990, ele chegou a 8,90%, com expansão tanto dos gastos públicos como

Tabela 6 Indicadores de saúde, IDH 2012/13.

País	Gasto público com saúde Pública* - % do PIB	Mortalidade infantil (5 anos), por mil nascimentos	Expectativa de vida ao nascer (geral)	Health Index
BRASIL	4,2	19	73,8	0,849
CHINA	2,7	18	73,7	0,846
ÍNDIA	1,2	63	65,8	0,722
RÚSSIA	3,2	12	69,1	0,774
ÁFRICA DO SUL	3,9	57	53,4	0,526

Fonte: International Human Development Indicators - UN. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

³ Neste tópico somente se comparam os países do BRICS em relação aos temas de saúde e educação de forma quantitativa (objetiva) e não há comparações ou opinião sobre a qualidade dos mesmos, por se tratar de algo subjetivo.

privados. Outros aumentos expressivos dos gastos totais com saúde no mesmo período ocorreram também na China e na África do Sul; por outro lado, a Índia registrou pequeno decréscimo nos seus gastos totais com saúde (TABELA 7).

Esta distribuição dos gastos em saúde (em % do PIB), se analisados separando-se gastos privados e em saúde pública, no geral nos mostram uma tendência de aumento da participação dos gastos públicos em saúde em relação ao total entre quase todos os países do BRICS, comparando o ano de 2000 com

Tabela 7 Gasto total com saúde em relação ao PIB, países do BRICS, anos selecionados.

Ano	ÁFRICA DO SUL	BRASIL	RÚSSIA	ÍNDIA	CHINA
1995	7,42	6,65	5,36	4,01	3,54
1996	7,96	6,85	5,55	3,89	3,81
1997	8,26	6,81	7,10	4,24	4,05
1998	8,58	6,74	6,62	4,29	4,36
1999	8,89	7,09	5,80	4,04	4,51
2000	8,29	7,16	5,42	4,27	4,62
2001	8,58	7,27	5,67	4,50	4,58
2002	8,50	7,19	5,99	4,40	4,81
2003	8,63	7,03	5,61	4,29	4,85
2004	8,91	7,13	5,19	4,50	4,75
2005	8,80	8,17	5,21	4,25	4,68
2006	8,53	8,48	5,30	4,03	4,55
2007	7,79	8,47	5,38	3,88	4,35
2008	8,04	8,28	5,14	3,93	4,63
2009	8,68	8,75	6,17	3,93	5,15
2010	8,71	9,01	6,48	3,69	4,98
11/12	8,50	8,90	6,20	3,85	5,15

Fonte: Global Health Expenditure Database, UN. Elaboração: Subseção DIIESE/CUT-Nacional

os de 2011/12: com exceção da Índia, os demais verificaram um aumento da participação dos gastos em saúde pública em relação ao total; mesmo na Rússia, onde os gastos com saúde privada são maiores que os destinados à saúde pública, tem se verificado crescimento desta última em relação ao total. A Índia foi exceção: o país teve queda no gasto total (em relação ao PIB) com saúde, decréscimo este causado principalmente devido à diminuição da participação do gasto com saúde pública em relação ao total, dada estabilidade dos gastos privados (**Tabela 8**).

Considerando os gastos per capita com saúde no ano de 2012, o Brasil é o único que consegue atingir o verificado na média mundial (em US\$ dólares), com os demais países do BRICS possuindo valores inferiores à média mun-

Tabela 8 Gasto total com saúde, separado por público e privado em relação ao PIB, países do BRICS, 2000 e 2011/12 (o mais recente).

País	Gasto Privado (% PIB)		Gasto Público (% PIB)		Gasto Total (% PIB)	
	2000	2011/12	2000	2011/12	2000	2011/12
BRASIL	2,9	3,1	4,3	5,8	7,2	8,9
CHINA	1,8	1,6	2,9	3,5	4,6	5,2
ÍNDIA	1,1	1,1	3,2	2,8	4,3	3,9
RÚSSIA	3,2	3,3	2,2	2,9	5,4	6,2
AFRICA DO SUL	3,4	3,5	4,9	5,1	8,3	8,5

Fonte: Global Health Expenditure Database–United Nations (UN) e OECD Factbook 2014. Elaboração: Subseção DIIESE/CUT-Nacional.

dial, apesar do avanço verificado em todos os países (em especial na China e na Rússia), com todos crescendo devido principalmente à expressiva expansão do gasto público (ainda que no caso russo e brasileiro o setor privado tenha crescido e permaneça relevante). Porém, apesar dos avanços, a média dos gastos com saúde per capita dos países do BRICS permanece distante dos observados no conjunto dos países pertencentes a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (**Tabela 9**).

Em relação aos indicadores de educação, os dados nos mostram que África do Sul e Brasil possuem os maiores gastos em porcentagem do PIB. Porém, analisando a evolução dos indicadores entre os anos de 1999/2000 e 2010/2011 (ou os últimos dados disponíveis), observa-se um crescimento

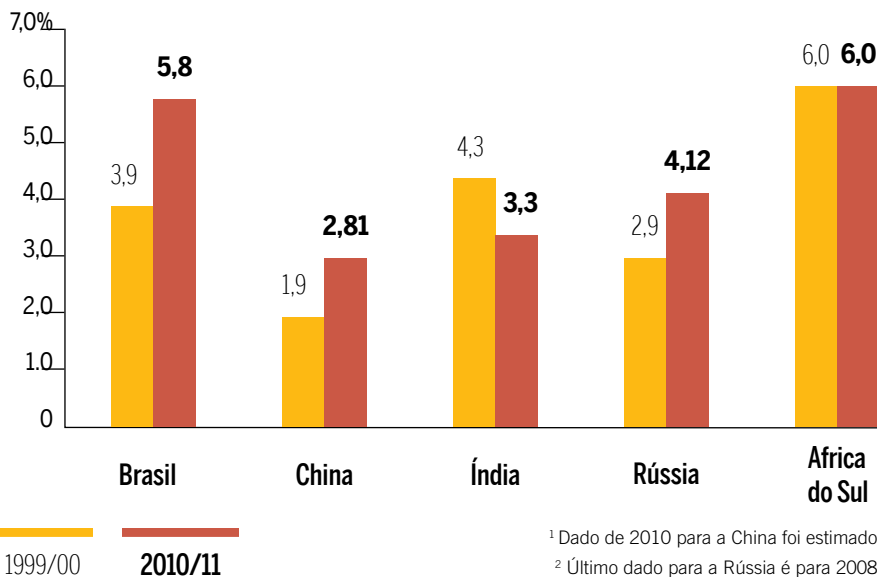
Tabela 9 Gasto total com saúde em relação ao PIB, países do BRICS, anos selecionados.

Ano	ÁFRICA DO SUL	BRASIL	RÚSSIA	ÍNDIA	CHINA	MUNDO	OCDE
2001	47	228	223	119	21	n.d.	n.d.
2002	54	203	205	142	21	n.d.	n.d.
2003	61	214	310	167	24	604	2.914
2004	70	257	410	212	29	664	3.202
2005	80	387	450	277	32	709	3.390
2006	93	491	455	365	33	751	3.562
2007	113	609	449	487	40	825	3.867
2008	155	714	437	594	43	894	4.148
2009	189	733	484	525	44	905	4.190
2010	216	989	615	669	52	949	4.334
2011	274	1.119	670	803	62	1.013	4.566
2012	322	1.056	645	887	61	1.031	4.608

Fonte: World Development Indicators (WDI), Abril 2014. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

Gráfico 4 Gasto público com educação em relação ao PIB, países do BRICS, 1999/2000 e 2010/11 (ou mais recente)*.

GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO - Em % do PIB



¹ Dado de 2010 para a China foi estimado.

² Último dado para a Rússia é para 2008;

Fonte: World Development Indicators – World Bank, OECD Factbook 2014 e China By Numbers - 2012. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

contínuo deste tipo de gasto nos países do BRICS, com exceção da Índia (que apresentou decréscimo) e a África do Sul (que permaneceu constante). Existem poucas informações a respeito a composição do gasto de educação entre público e privado, mas dentre os países disponíveis, o Brasil gastava 1,3% do PIB em educação privada no ano de 2007, mesmo percentual da Rússia e acima dos 0,9% da média dos países da OCDE⁴ (Gráfico 4).

⁴ Dados sobre gastos com educação privada extraídos do artigo “Estimando os gastos privados com educação no Brasil”, do ano de 2012, do Centro de Políticas Públicas do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), do Brasil. Trabalho disponível no endereço: <http://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2013/01/Estimando-os-gastos-privados-com-educa%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.pdf>

Tabela 10 Indicadores de educação, países do BRICS, IDH 2012/13.

País	Gasto público com educação - % do PIB	Média de anos de estudo dos adultos*	Adultos escolarizados (15 anos ou mais)	Education Index
BRASIL	5,7	7,2	90,3	0,674
CHINA	2,8*	7,5	94,3	0,627
ÍNDIA	3,1	4,4	62,8	0,459
RÚSSIA	4,1	11,7	99,6	0,862
AFRICA DO SUL	6,0	8,5	88,7	0,705

*: Estimado para 2010. Fonte: International Human Development Indicators – UN e China by Numbers (China Economic Review – 2012). Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

Considerando o indicador síntese Education Index, componente do cálculo do IDH pelas Nações Unidas, os países do BRICS que possuem os maiores são a Rússia e a África do Sul. Enquanto no caso sul africano o fato de possuir um considerável gasto com educação em relação ao PIB, por sua vez a Rússia se destaca como o país de melhores indicadores dentre o grupo como, por exemplo, na média de anos de estudo de sua população e/ou de adultos escolarizados: a população russa possui aproximadamente 12 anos de estudo, quase a totalidade da população acima de 15 anos é escolarizada, indicadores nitidamente superiores aos demais países, apesar da evolução recente destes últimos (**Tabela 10**).

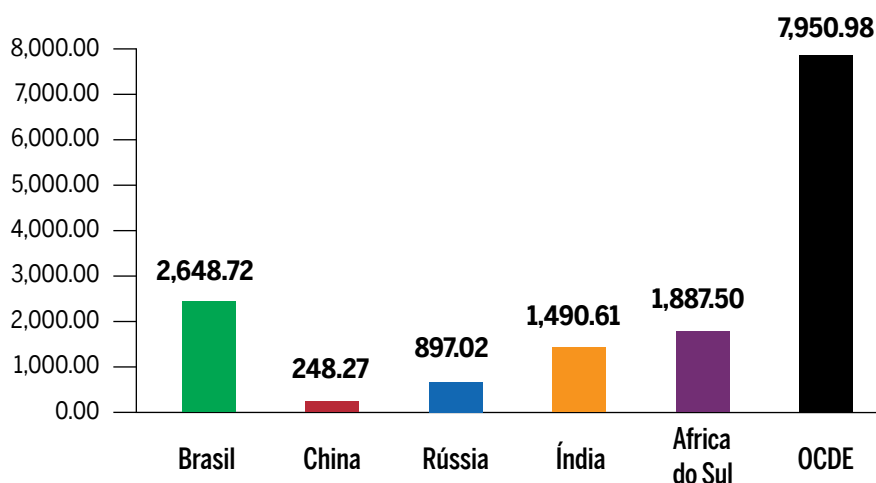
Um aspecto que nos auxilia a compreender melhor os bons indicadores educacionais da Rússia é que, apesar de não possuir os maiores gastos públicos com educação em relação ao PIB dentre os países do BRICS, por outro lado trata-se de um país com grande gasto per capita: considerando o valor

aplicado por pessoa em idade educacional (idade escolar), apesar de ainda distante da média verificada nos países da OCDE em 2011, o gasto per capita russo foi nitidamente superior a todos os outros países do BRICS. A Índia, que apresentou o menor valor no Education Index, apresentou o menor valor per capita por pessoa (Gráfico 5).

Em relação ao mercado de trabalho dos países pertencentes ao BRICS, também existe diferenças consideráveis entre eles, em especial nas taxas de desocupação, participação e informalidade. Também são diferentes no que diz respeito à regulação do trabalho, assim como em relação às convenções da OIT. Na verdade, pouco em comum tem os países quando se trata de mercado e relações de trabalho.

Gráfico 5 Estimativa do gasto público por pessoa em idade educacional, países do BRICS e OCDE, 2011, em US\$/PPP.

VALOR DE GASTO PÚBLICO APLICADO POR ALUNO EM IDADE ESCOLAR - em US\$/PPP



Fonte: elaborado a partir do artigo A educação superior no Brasil: insumos, indicadores e comparações com os países da OCDE e do BRICS. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/26104/15047>

MERCADO DE TRABALHO

Primeiramente, quando nos debruçamos sobre a evolução da População Economicamente ativa (PEA) ou do tamanho da força de trabalho nos países do BRICS, os maiores crescimentos entre 1990 a 2011 ocorreram na África do Sul, Brasil e Índia. A China (que já possuía grande mercado de trabalho) teve crescimento em ritmo inferior aos demais países citados, com a Rússia apresentando relativa estabilidade (pequeno decréscimo) no total de sua força de trabalho (**Tabela 11**).

Sobre as características mais gerais do mercado de trabalho entre o período de 1991 a 2011, quando focado na taxa de participação (pessoas de 10 anos ou mais ocupadas ou desocupadas, mas procurando emprego), enquanto no Brasil houve aumento (em especial na última década), estabilidade na Rússia e na África do Sul (com movimento inverso ao da Rússia), na China e na Índia houve queda da taxa de participação no mercado de trabalho, o que ajuda a estabilizar os indicadores de desocupação.

Quando focado especificamente a taxa de desocupação⁵, as diferenciações entre os países também ficam mais evidentes: enquanto na África do Sul, mesmo com uma taxa de participação baixa a taxa de desemprego ultrapassa 24,0%, a mesma apresenta uma trajetória claramente decrescente no Brasil e, em menor escala, na Rússia, com relativa estabilidade na Índia e na China. Ao mesmo tempo em que o crescimento econômico tem sido importante para diminuir as taxas de desocupação do Brasil (ainda que neste tenha crescido no último ano) e da Rússia e manter as da China e Índia relativamente baixas, ainda não tem logrado este mesmo movimento na África do Sul (TABELA 12).

Em relação aos rendimentos do trabalho, há certa dificuldade de equalização das informações de todos os países para posterior comparação de sua evolução. No entanto, há a possibilidade de utilização do indicador de PIB por ocupado, em paridade de poder de compra (PPC), que teoricamente coloca as informações na mesma base de comparação monetária: apesar de não se tratar de um dado salarial e possuir inúmeras possibilidades de casualidade, ele permite

5 Num primeiro momento, iremos ignorar as diferenças metodológicas entre as pesquisas.

Tabela 11 População Economicamente Ativa (PEA), em números absolutos, países do BRICS, em %, 1990 a 2011.

Ano	BRASIL	CHINA	ÍNDIA	RÚSSIA	ÁFRICA DO SUL
1990	62.562.139	631.631.730	331.263.154	77.348.711	10.403.438
1991	66.368.771	643.953.447	338.668.430	76.764.014	10.796.375
1992	70.325.863	653.675.291	346.802.576	75.543.545	11.216.416
1993	71.837.719	660.634.685	355.116.385	73.119.743	11.685.028
1994	73.706.776	668.937.147	363.597.387	70.741.731	12.153.096
1995	75.627.147	676.210.445	370.400.450	70.844.917	12.641.673
1996	75.137.893	685.076.584	377.891.523	69.851.158	13.130.608
1997	77.784.539	693.870.607	385.467.901	68.291.686	13.645.612
1998	79.657.612	702.443.359	392.465.819	67.472.269	14.213.476
1999	82.345.827	712.535.034	400.171.458	72.510.939	14.806.684
2000	83.666.056	723.386.298	407.932.606	73.240.895	15.394.283
2001	84.902.927	734.235.279	418.547.036	72.239.849	15.924.725
2002	87.724.102	746.752.820	430.035.129	73.003.947	16.351.860
2003	89.360.032	758.309.220	441.677.474	72.006.864	16.760.367
2004	92.007.145	770.026.742	453.431.049	72.718.260	17.087.224
2005	94.513.294	780.376.470	464.498.005	73.342.715	17.434.143
2006	95.633.011	789.991.161	465.456.461	74.108.817	17.807.595
2007	96.555.671	797.902.626	466.828.612	75.125.214	18.173.233
2008	98.286.173	802.219.828	467.044.531	75.798.980	18.877.614
2009	100.031.799	808.458.607	467.722.363	75.835.667	18.543.222
2010	101.667.872	812.497.658	468.074.233	75.956.966	18.271.901
2011	103.193.816	816.584.623	476.663.507	76.420.864	18.624.602
Varição	64,9%	29,3%	43,9%	-1,2%	79,0%

Fonte: UN Statistical Database. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

Tabela 12 Taxa de desocupação, países do BRICS, em %, 1991 a 2011.

Ano	BRASIL	CHINA	ÍNDIA	RÚSSIA	ÁFRICA DO SUL
1991	n.d.	2,3	n.d.	n.d.	n.d.
1992	6,4	2,3	n.d.	5,2	n.d.
1993	6,0	2,6	n.d.	5,9	n.d.
1994	n.d.	2,8	3,7	8,1	20
1995	6,0	2,9	2,2	9,4	16,9
1996	6,8	3,0	2,1	9,7	21,0
1997	7,7	3,1	2,6	11,8	22,9
1998	8,9	3,1	3,6	13,3	25,0
1999	9,6	3,1	n.d.	13	25,4
2000	n.d.	3,1	4,3	10,6	26,7
2001	9,3	3,6	n.d.	9,0	25,4
2002	9,1	4,0	n.d.	7,9	27,2
2003	9,7	4,3	n.d.	8,2	27,1
2004	8,9	4,2	n.d.	7,8	24,7
2005	9,3	4,2	4,4	7,2	23,8
2006	8,4	4,1	n.d.	7,2	22,6
2007	8,1	4,0	n.d.	6,1	22,3
2008	7,1	n.d.	n.d.	6,3	22,7
2009	8,3	n.d.	n.d.	8,4	23,7
2010	6,7	4,1	3,5	7,5	24,7
2011	6,0	4,0	3,8	6,6	24,7
2012*	6,7	4,1	3,8	5,5	25,1
Varição	64,9%	29,3%	43,9%	-1,2%	79,0%

*: dados preliminares disponibilizados pela publicação BRICS: Joint Statistical Publication – 2013.

Fonte: UN Statistical Database, IBGE e BRICS: Joint Statistical Publication – 2013. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

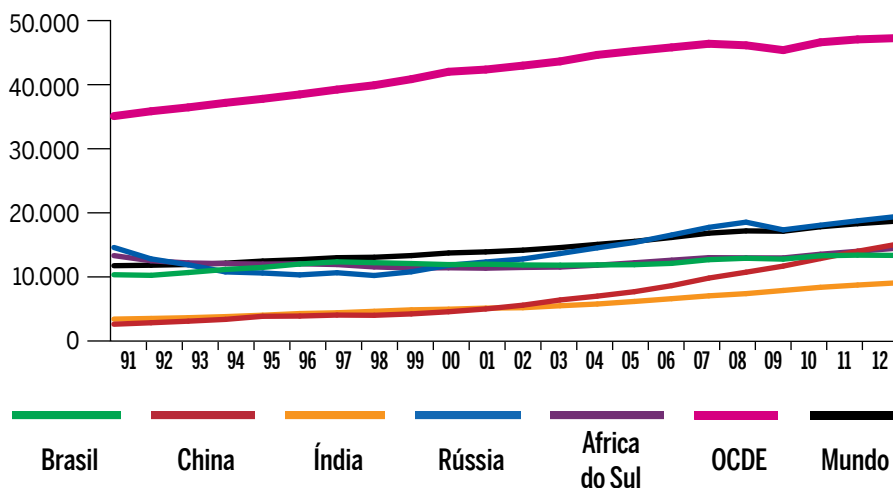
observar a evolução de uma proxy da produtividade e da renda proporcionada pelo mercado de trabalho em relação ao PIB dos respectivos países.

Os dados relativos aos países do BRICS nos mostram duas tendências: que os valores absolutos do PIB por ocupado ainda são inferiores ao verificado na média mundial, com exceção da Rússia (desde 2006); e a grande expansão deste indicador da China (o segundo maior do BRICS desde 2011) e da Índia, que foi vinculada a uma vigorosa expansão da produtividade no período como um todo por trabalhador, de menor intensidade na Rússia e em cenário de estabilidade no Brasil e na África do Sul (**Gráfico 6**).

Em relação à informalidade nas relações de trabalho, dado o maior volume de empregos gerado pelos países do BRICS em relação ao restante do mundo, a queda informalidade tem sido característica marcante do grupo. Porém, isso

Gráfico 6 PIB por ocupado, em paridade do poder de compra (PPC), em US\$ dólares de 1990, países do BRICS e a média mundial.

Em US\$ dólares de 1990



Fonte: World Development Indicators – World Bank. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

ainda não impede que os mesmos concentrem boa parte dos postos de trabalho informais do mundo, em especial no Brasil (que vem reduzindo consideravelmente o número de empregados informais desde 2003) e na Índia.

Nas informações disponíveis na Organização Mundial do Trabalho (OIT)⁶, no trabalho “Statistical update on employment in the informal economy”, de junho de 2012, ainda que as informações tenham relativa defasagem temporal, fica claro que a informalidade, ainda que em queda no bloco, é relevante: na Índia, ela era de 83,6%, ou seja, apenas 16,7% do total de trabalhadores do país eram regular workers. No Brasil, este contingente que chegou a ser de mais da metade do total de ocupados, caiu para patamares próximos a 40%. Portanto,

Tabela 13 Taxa de informalidade, países do BRICS, em %.

País	Pessoas em empregos informais	Pessoas empregadas em setores informais	Pessoas empregadas formalmente em setores informais	Pessoas empregadas informalmente em setores informais	Ano referência
BRASIL	42,2	24,3	0,1	18,0	2009
CHINA	32,6	21,9	1,9	12,5	2010
ÍNDIA	83,6	67,5	0,7	16,8	2009/10
RÚSSIA	n.d.	12,1	n.d.	n.d.	2010
ÁFRICA DO SUL	32,7	17,8	0,0	14,9	2010

Fonte: elaborado a partir de dados do Statistical update on employment in the informal economy (junho de 2012), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), disponível no endereço: http://laborsta.ilo.org/applv8/data/INFORMAL_ECONOMY/2012-06-Statistical%20update%20-%20v2.pdf

6 http://laborsta.ilo.org/informal_economy_E.html

mesmo com o avanço da formalização nos países do bloco, a informalidade ainda que relegado parcela considerável de seus trabalhadores a trabalhos precários e sem nenhuma proteção de lei e/ou de direitos (**Tabela 13**).

Um tema de relevância para este conjunto de países se relaciona com a forma pela qual ocorre a proteção ao trabalhador, a abrangência da legislação trabalhista e a regulação do emprego. O pressuposto é de que este conjunto de normas, do ponto de vista sindical/trabalhista, protege os trabalhadores contra uma precariedade considerável de suas relações trabalhistas, e que em sua ausência o quadro se tornaria ainda mais problemático. Com isso, um elemento importante é observar o comportamento dos países do BRICS em relação às convenções da OIT.

A convenção da OIT é um instrumento sujeito a ratificações pelos países-membros da Organização e, uma vez ratificadas, reveste-se da condição jurídica de um tratado internacional, isto é, obriga o Estado signatário a cumprir e fazer cumprir, no âmbito nacional, as suas disposições.

Conforme pode ser observado no quadro 1 a seguir, os países que mais convenções tem assinadas são o Brasil e a Rússia, sendo que, no outro extremo situa-se a China. Pelo menos em teoria, Brasil e Rússia deveriam ter seu mercado de trabalho mais protegido e regulado, dado que são os países que mais convenções da OIT focadas no trabalho decente possuem assinadas. Porém, a prática tem se mostrado diversa: pode não se relacionar a uma questão geral, mas entre a assinatura de uma convenção da OIT e sua implementação, os países do BRICS nos dão mostras de haver um espaço considerável (QUADRO 2).

Um exemplo da diferença entre as intenções e a prática no mercado de trabalho pode ser observado na variável que se relaciona com a proteção contra demissão individual e/ou coletiva (de trabalhadores formais): ela mostra certa diversidade dentre os países do BRICS, mas Brasil e África do Sul, apresentam menor regulação de demissões, inclusive permanecendo abaixo da média dos países da OCDE (ou seja, é mais fácil realizar demissões nestes países), enquanto os demais países do BRICS estão em posição mais favorável na comparação com a média dos países da OCDE. Porém, ao contrário da África

Quadro 2 Convenções da OIT e os países do BRICS.

Convenção OIT	Descrição	Ratificação						Nº de países que ratificam
		BRASIL	CHINA	ÍNDIA	RÚSSIA	ÁFRICA DO SUL		
29	Abolição do trabalho forçado ou obrigatório	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	177	
87	Liberdade sindical e a proteção do direito sindical	Não	Não	Não	Sim	Sim	152	
98	Aplicação dos princípios do direito de sindicalização e de negociação coletiva	Sim	Não	Não	Sim	Sim	163	
100	Igualdade de remuneração entre homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	171	
105	Abolição do trabalho forçado	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	174	
111	Discriminação em matéria de emprego e profissão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	172	
122	Política de emprego	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	108	
135	Proteção e facilidades a serem dispensadas a representantes de trabalhadores na empresa	Sim	Não	Não	Sim	Não	85	
138	Idade mínima de admissão a emprego	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	166	
141	Organização dos trabalhadores rurais	Sim	Não	Sim	Não	Não	40	
148	Proteção dos trabalhadores contra os riscos profissionais devido à contaminação do ar, o ruído e as vibrações no local de trabalho	Sim	Não	Não	Sim	Não	45	
151	Relações de trabalho na Administração Pública	Sim	Não	Não	Não	Não	50	
154	Negociação Coletiva	Sim	Não	Não	Sim	Não	44	
158	Termino da relação de trabalho por iniciativa do empregador	Sim	Não	Não	Não	Não	36	
168	Fomento de emprego e a proteção contra o desemprego	Sim	Não	Não	Não	Não	8	

Fonte: Organização Internacional do Trabalho. Situação no dia 02 de dezembro de 2013. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

do Sul, o Brasil é signatário da convenção de nº 158 da OIT, que teoricamente diminuiria a flexibilidade nas demissões (**Tabela 14**).

Diante destes indicadores, os indicadores de mercado de trabalho dos países do BRICS nos mostram que há avanços, em especial nas diminuições das taxas de desocupação e maior estabilidade nas taxas de crescimento da PEA. Porém, em relação às relações de trabalho, fica claro que não se tratam de países homogêneos: quando comparadas as taxas de informalidade, por exemplo, ou ainda comparando-se os países através das convenções da OIT, se signatários ou não. Ainda neste último caso, nem sempre um país ser signatário da convenção da OIT é garantia de que haja maior proteção do emprego, o que mostra a grande distância, ainda, a ser percorrida pelos países do BRICS no que diz respeito ao mercado de trabalho, no que diz respeito ao trabalhador.

Tabela 14 Índice de proteção do emprego contra demissão dos países do BRICS, em comparação à média dos países da OCDE.

País	Ano	Demissão Individual	Demissão Coletiva	TOTAL	OECD média: 2,29	Resultado
BRASIL	2012	1,32	0,43	1,75	2,29	menos protegido que a média da OCDE
ÁFRICA DO SUL	2012	1,47	0,54	2,01	2,29	menos protegido que a média da OCDE
RÚSSIA	2012	2,05	0,43	2,47	2,29	mais protegido que a média da OCDE
ÍNDIA	2012	2,49	0,13	2,61	2,29	mais protegido que a média da OCDE
CHINA	2012	2,36	0,86	3,22	2,29	mais protegido que a média da OCDE

Fonte: elaborado a partir de dados da www.oecd.org/employment/protection

PERSPECTIVA DO BRICS

Colocadas em perspectiva as esferas econômicas, produtivas e do mercado de trabalho dos países do BRICS, fica claro na comparação entre eles que há mais diferenças do que semelhanças. Porém, isso não é (e nem deve ser) impeditivo para que haja um aumento na sinergia entre o movimento sindical destes países.

Primeiramente, o fato de ser um bloco de países que tem crescimento econômico expressivo deve ser visto como vantagem na busca por melhores condições sociais e de trabalho. O crescimento econômico deve se converter em melhora na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, em um processo contínuo, mantendo a atual trajetória de avanço.

Outro foco de sinergia importante diz respeito às relações econômicas entre os países do BRICS: com exceção da China, os demais países tem pouca ou nenhuma relação entre si. O desenvolvimento de complementariedades econômicas, além de diminuir a possibilidade de uma “concorrência predatória” entre os países, ainda pode favorecer um desenvolvimento mais equilibrado de todos porque estimula a integração produtiva e a troca de conhecimento. E certamente esta maior integração auxiliaria este grupo de países a se tornar mais independentes dos chamados “países centrais”, que registram instabilidade econômica dada a crise internacional, auxiliando a uma maior estabilidade do ciclo econômico dos países do BRICS. Trocas entre moedas locais não devem ser descartadas, ao contrário, são um elemento de autonomia econômica que poderia ser explorado.

A maior integração econômica entre os países do BRICS também deve compreender o crescimento da participação de empresas dos respectivos países nos outros, inclusive se tornando importante fonte de elevação dos investimentos e da geração de empregos. Esta relação não pode se dar, porém, sem o respeito aos direitos dos trabalhadores e ao trabalho decente. Neste aspecto, na elaboração deste estudo encontramos muita dificuldade em achar este tipo de informação. Um recente levantamento realizado pelo Instituto Observatório Social (IOS) revelou que mesmo nos pontos de contato nacional da OIT é difícil encontrar denúncias sobre a violação de direitos laborais pelas

empresas multinacionais dos BRICS. As barreiras idiomáticas também se colocam para o entendimento das nossas respectivas legislações laborais e esquemas de negociação coletiva. Certamente estas são áreas nas quais a CUT espera estreitar a troca de informações com as outras Centrais e seus departamentos de pesquisa sindical.

Especificamente nos aspectos sociais, há considerável assimetria entre os países: uma discussão entre os membros do BRICS é importante para que haja diminuição dessas diferenças, ainda que, no geral, seja considerável sua evolução. Além disso, em nível nacional discussões tripartites sobre estes aspectos seriam de suma importância, por envolver todos os atores sociais dos respectivos países.

Por último, e não menos importante, em relação aos indicadores do mercado de trabalho e relações de trabalho, apesar das diferenças de tamanho e de inúmeras especificidades, há a necessidade de um debate entre os países do BRICS para que haja uma maior convergência tanto no que diz respeito às convenções da OIT (incluindo a sua efetiva aplicação), como também sobre a necessidade de aprofundar o trabalho decente como um objetivo estratégico nas políticas públicas dos países. A participação das Centrais do BRICS Sindical nos debates intergovernamentais poderá ser um passo adiante nesse sentido.

Este estudo apresenta análises econômicas e sociais para subsidiar a ação sindical, de forma a contribuir para que o BRICS não seja apenas mais uma articulação internacional que não dá ouvidos aos trabalhadores. Ao contrário, temos plena convicção de que com a nossa participação ativa e a nossa contribuição qualificada ao debate sobre o desenvolvimento dos países BRICS poderemos ajudar a construir um bloco que represente, de fato, um modelo de desenvolvimento sustentável, socialmente justo e uma alternativa contra hegemônica à problemática ordem internacional vigente desde o pós-guerra.

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
BRASIL

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-99138-35-9



9 788599 138359